



As Grandes Crises Nacionais Portuguesas

Henrique Manuel Lages Ribeiro

Reprodução de matéria publicada na Revista de Artilharia, do exército português (1984, n.º 711/712, Nov/Dez e 1985, n.º 713/714, Jan/Fev). Estuda as crises da história lusa de 1383, 1578 e 1820. Revela a origem de alguns aspectos da mentalidade do brasileiro ou do caráter nacional.*

“... porque creio que a vantagem que nos pode dar a História é a de não sermos tentados a repeti-la. (Antônio Sérgio, *Breve Interpretação da História de Portugal*).

“... Mas, se não reconhecermos e confessarmos francamente os nossos erros passados, como poderemos aspirar a uma emenda sincera e definitiva. (Antero de Quental, *Causas da decadência dos povos peninsulares nos últimos três séculos*).

CONSIDERAÇÕES PRÉVIAS

Antes de comermos a desenvolver este tema parece útil tecer algumas breves considerações prévias sobre alguns dos termos usados no seu enunciado e levantar, quando conveniente, alguns pressupostos.

A primeira consideração aconselhável diz respeito a “crises nacionais”; esta expressão pressupõe a existência de Nação. Ora, desde quando é que esta existe? É uma discussão já clássica na qual não vamos entrar. Mas historiadores há que defendem que o “espírito nacional” é muito posterior à Independência e que talvez só surja nos fins do Séc. XIV. Se tal for aceito, uma crise

anterior a essa época (e muitas houve) poderia ter sido uma crise “estatal”, mas não “nacional”. Para ultrapassar essa dificuldade, este trabalho assenta no pressuposto que são crises nacionais as que surgiram em Portugal após a Independência.

Em segundo lugar, umas considerações sobre a palavra “causas”. As causas históricas de um qualquer acontecimento são um termo muito usado, mas que “encobre, geralmente, uma visão fisicista do desenrolar da ação humana”;¹ isto é, existe, de certo modo, uma analogia com o que se passa na Física, em que um fato acarreta um efeito e, como tal, um efeito foi “por causa” de um qualquer fato ou situação. Ora, a

* O Estudo da Crise de 1820 será publicado na próxima edição.

1. SARAIVA, António José, *Da Causa em História*, Revista *História*, no. 39, Jan 82, pág. 24.

relação de causalidade dos fatos históricos — porque culturais — não é linear. Os fatos históricos têm, na sua base, projetos que correspondem a certas motivações. “O modelo da causalidade inspirada na Física não vale mais do que o modelo da causalidade inspirado na Teologia. Ambos procuram subtrair o acontecer histórico à atividade humana, uns supondo que a História é um capítulo da Física, outros que ele é o resultado da Providência Divina. Ambos são totalitários, querendo reduzir a realidade a um princípio único de explicação”.² As próprias “causas econômicas” — que pela sua importância neste trabalho se procuram salientar — têm que ser encaradas, também, por esta mesma ótica: as condições econômicas influenciam, condicionam, mas não “determinam”.³

Resumindo: a “causa histórica” tem que ser vista nesta perspectiva. Não é por “causa” disto que sucede aquilo; apenas para um determinado fato histórico existirem determinadas motivações (e quantas outras que escaparam, até agora, aos historiadores) que concorreram para a sua ocorrência.⁴

Um terceiro ponto relacionado do tema: o que diz respeito ao “vetor militar”. A que nos estamos a referir quando falamos em “militares” quando o nosso horizonte histórico é de oito séculos? Logicamente há coisas muito diferentes. No Séc. XIV, por exemplo, “a fidalguia era então o exército”.⁵ Não vamos, pois considerá-lo, no final desse mesmo século, como vetor militar

toda a luta dos “ventres ao Sol”, aparentemente “descomandada” em relação ao poder? Mas dada a importância, e conhecendo os efeitos desse mesmo movimento, poderá algum trabalho histórico ignorá-lo? Para ultrapassar esse problema e porque não é fácil, num trabalho desta índole, procurar definir o que se entende por tal vetor, achou-se vantajoso, nas épocas de crise selecionadas, sumariamente descrever o que tal pode ser considerado.

Por fim, atualmente “vivemos provavelmente a maior crise da nossa História”⁶ e se, como dizia Alfred Sauvy, a independência de um país se mede pela sua balança de pagamentos, nós estamos mergulhados numa grande crise nacional. Não a incluir neste trabalho não é ignorá-la. É reconhecer que nos falta a “distância focal histórica” para que se tornem nítidas as imagens que, de tão perto estarem, surgem desfocadas.

Com razão poder-se-á criticar o fato de identificarmos cada uma das crises analisadas apenas indicando um ano: 1383, 1578 e 1820. Foi um defeito intencional. Reconhece-se que não seria a forma mais correta de o fazer. Simplesmente o descobrir as datas de “nascimento” e de “óbitos” de uma crise não é tarefa fácil precisamente porque não são, regra geral, acontecimentos destacáveis os que a balisam; antes é um conjunto de indicadores negativos de natureza diversa que, em dado período, se começam a revelar (súbita ou progressivamente); que atingem, depois, níveis de

2. Ídem.

3. “Procurar saber-se as causas (dos Descobrimientos nesta passagem) foram económicas ou espirituais é como discutir-se o arco-íris é azul ou amarelo”. José Hermano Saraiva, in *Expresso*, 25 Jun 83.

4. António Sérgio, *Ensaio VI*, Obras Completas, Clássicos Sá da Costa, 197, pág. 124: “a situação social que tornou possível...” É a acentuação do possibilismo.

5. MARTINS, Oliveira. *História de Portugal*, Obras Completas, Guimarães Editora, 1951, Pág. 185

6. FAFES, José Fernandes. *Caderno Diário (Fragmentos) - A questão*, *Diário de Notícias*, 20 Jun 83.

ruptura; e que, numa fase de recuperação, infletem e percorrem um itinerário, de certo modo, simétrico do anterior. Ora, uma investigação capaz de fazer uma análise desse tipo transcende o caráter deste trabalho. Optou-se, assim, por indicar uma única referência (um ano), cuja escolha é discutível, mas que, talvez, represente o período mais significativo de cada uma das crises.

"Há em nós todos uma voz íntima que protesta em favor do passado, quando alguém o ataca; a razão pode condená-lo; o coração tenta ainda absolvê-lo." (Antero de Quental)

INTRODUÇÃO

As crises nacionais não são erupções súbitas que nascem de geração espontânea. As crises são, normalmente, situações extremas derivadas de processos que têm raízes, por vezes muito mais recuadas e profundas do que possa parecer à primeira vista. Seria enganador, pois, abordar as crises históricas portuguesas individualmente sem procurar primeiro encontrar no subsolo histórico essa raiz subterrânea de que as crises não seriam mais do que "afloramentos". Há pois que procurar, numa rápida panorâmica, os "males históricos nacionais" porque é a partir dessa base que as crises irrompem. E se, talvez com um maior rigor, pudéssemos concluir que nem todos os "nossos males" surgiram sincronicamente e nos acompanharam ao longo de todo o nosso caminho histórico, parece razoável, num trabalho desta natureza, aceitar como constantes históricas aquelas que, embora diacronicamente

surgidas, já permanecem conosco há muito tempo.

Esta a razão do capítulo que se segue.

OS MALES DA NAÇÃO

Antônio Sérgio, no seu ensaio "As duas Políticas Nacionais" (1925)⁷ defendeu que "aparecem na nossa história duas teorias políticas nacionais. Uma é a escola da precedência da faina de elevar o povo no território europeu em Portugal; a outra é a escola da precedência da atividade de transporte, do tráfego, da exploração comercial dos produtos do Ultramar". A primeira política é a característica dos primeiros reis da 1ª Dinastia que apostaram na colonização interna. A segunda é a que nasce quando a burguesia do Séc. XIV se salienta, tendo como figura de proa o Infante D. Henrique. Denominou, Sérgio, "Políticas de Fixação e de Transporte".

Elas poderiam não ter sido antagônicas mas complementares: bastaria que, para isso, a atividade comercial marítima concorresse para a criação de uma sólida base econômica metropolitana. Por outras palavras: que os benefícios daquele tráfego fossem investidos nas duas fontes geradoras de riqueza: a agricultura e a indústria. Mas, geralmente, tal não aconteceu.

Além disso, era necessário que esse próprio comércio fosse realizado de uma forma diferente: não nos limitássemos a trazer a Portugal as especiarias, esperando que os povos europeus cá as viessem comprar, fazendo eles a distribuição por toda a Europa.⁸ Ao maior custo (risco) não

7. ANTÔNIO SÉRGIO. "Ensaio II". Obras Completas, Clássicos Sá da Costa, 1972, Pág. 69.

8. "Toda a riqueza do Oriente passava apenas por Portugal e ia fomentar o trabalho estrangeiro, que nos fornecia todas as coisas". ANTÔNIO SÉRGIO. "Breve interpretação da História de Portugal", Obras Completas, Clássicos Sá da Costa, 1972, pág. 69.

correspondia o maior benefício. Os que menos arriscavam guardavam a parte de leão. Chegou-se até ao cúmulo de, em dada época, considerarmos a indústria (a fixação) uma perigosa rival do comércio da Índia!⁹ Portugal importava muito mais do que exportava, e esse fluxo de importação ia arruinando as já poucas indústrias existentes. Como resumia Antero, com algum exagero, “havia então uma única indústria nacional... a Índia!”: “Não só deixamos de exportar, mas passamos a importar: do reinado de D.Manuel em diante somos sustentados pelo estrangeiro”... “Não se fabrica, não se cria: basta o ouro do Oriente para pagar a indústria dos outros”.¹⁰ A situação de desequilíbrio crônico da balança comercial não podia continuar e havia a necessidade imperiosa de reverter essa tendência, desenvolvendo a nossa indústria, deixando de ser meros “caixeiros viajantes marítimos”.

O descobrimento das minas do Brasil, em fins do Séc. XVIII, permitiu adiar essa viragem política. Mais tarde a independência do Brasil (em 1822) é um rude golpe; mas é também, uma nova oportunidade para vir ao de cima a necessidade de desenvolver uma Política de Fixação, o que foi tentado por Mouzinho da Silveira, no princípio do Séc. XIX. Dois sucedâneos, desta vez, se encontraram: a exploração da África que, até aí, estava resumida a uma faixa litoral de uns 200 km, e o recurso aos empréstimos externos do Fontismo. Era

uma sociedade “vivendo de recursos estranhos ou anormais e não do fruto do seu trabalho e economia”.¹¹ ... “Outrora vinham quintos do Brasil para o tesouro; hoje vêm saques para particulares”.¹²

A exploração sucessiva do Ouro da Mina (Séc. XV), das especiarias (Séc. XVI), dos engenhos do açúcar (Séc. XVII) e, mais tarde, o ouro e diamantes do Brasil (Séc. XVIII), a exploração do interior da África (Séc. XIX) foram ações que quase nos absorveram exclusivamente. E porque os recursos não abundavam, ou eram improdutivamente despendidos, o desenvolvimento da Metrópole foi quase sempre adiado. Foi uma ação centrífuga a que nos mobilizou, contrariamente à oposta política centripeta que outros Estados — o caso mais evidente foi o da Inglaterra — privilegiaram. Nestes Estados, toda a sua atividade externa estava condicionada ao fomento da Metrópole. Não havia antagonismo mas complementaridade ou, talvez mesmo, subordinação.

Por antero de Quental este tema é também desenvolvido¹³ na célebre conferência inaugural do Casino (1871). Mas a sua perspectiva é mais limitada: não é tanto a predominância do Transporte o que ele entende ter sido um mal. Para ele foi a transformação do comércio marítimo em conquista longínqua. “O capital adquirido pelo comércio e pela guerra só se torna real e produtivo quando se fixa na cultura da terra e nas outras indústrias”. E remata

9. “Se introduzirmos as artes (leia-se indústria), não terão saída as nossas drogas (leia-se matérias-primas) que aqui buscam os estrangeiros a troco das suas manufaturas,” in *Discurso sobre a Introdução das Artes Neste Reino*, Duarte Ribeiro de Macedo, 1675.

10. GUSMÃO, Alexandre de, *Memória histórica sobre a agricultura portuguesa*.

11. MARTINS, Oliveira, citado por António Sérgio, em *Breve interpretação da História de Portugal*, pág. 138.

12. O quinto era um imposto correspondente à quinta parte do que se produziu. Está relacionado com a exploração do ouro.

13. QUENTAL, Antero de. *Causas das decadências dos povos peninsulares nos últimos três séculos*, in *Prosas Escolhidas*, Edições Livros de Portugal, Rio de Janeiro, 1942, págs. 131 e 132.

mais à frente: "... que destino demos às prodigiosas riquezas extorquidas aos povos estrangeiros? Respondam a nossa indústria perdida, o comércio arruinado, a população diminuída, a agricultura decadente..." "É que o proprietário, o agricultor deixam a charrua e fazem-se soldados, aventureiros, atravessam o oceano, à procura de glória, de posição mais brilhante ou mais rendosa".¹⁴ Foi uma política deslocada no tempo. "Quisemos refazer os tempos heróicos na Idade Moderna; enganâmo-nos; não era possível: caímos. Qual é, com efeito, o espírito da Idade Moderna? É o espírito do trabalho e da Indústria".¹⁵

Além disso, parece ter havido nesta política um desajustamento entre os objetivos e os meios. Não foi esse o espírito dos ingleses e holandeses, pelo menos inicialmente. A Companhia da Índias é, por assim dizer, a versão anglo-saxônica, da visão imperial ibérica. A diferença entre elas é reconhecível nos seus efeitos.

Mas outros dois fenômenos capitais estão, segundo Antero, na origem da decadência dos povos peninsulares: a transformação do catolicismo resultante do Concílio de Trento (1545-49 e 1551-52) e o estabelecimento do absolutismo com a correspondente ruína das liberdades locais, que eram uma tradição portuguesa. Como contraprova apresenta o oposto dessas tendências que outros Estados seguiram e que

concorreram para o seu desenvolvimento: a liberdade moral, conquistada pela Reforma; e a elevação da classe média, instrumento do progresso nas sociedades modernas. "Assim, enquanto as outras nações subiam, nós baixávamos. Subiam elas pelas virtudes modernas; nós descíamos pelos vícios antigos, concentrados, levados ao sumo grau do desenvolvimento e aplicação".¹⁶

A religião torna-se, com o Concílio de Trento, muito mais intolerante. É, por assim dizer, o remate da transformação do sentimento cristão na instituição católica. Pergunta Antero: "Quem pode negar que é, em grande parte, à Reforma que os povos "reformados" devem os progressos morais que os colocaram à frente da civilização"? E aponta a Alemanha, a Holanda, a Inglaterra, os Estados Unidos e a Suíça para concluir que as nações mais decadentes são exatamente as mais católicas.

Qual, em sua opinião, os fatores que, no campo religioso, contribuíram para esse retrocesso? Seleccionamos da sua lista exaustiva apenas os mais significativos dos quais, à cabeça, surge a Inquisição que deixou profundas marcas (a hipocrisia como forma de sobrevivência; a expulsão dos mouros e judeus, raças inteligentes, que trouxe consequências dramáticas não só nas finanças, como na agricultura; a sua extensão ao Ultramar, impedindo a fusão de conquista-

14. O tema das conquistas nessa conferência era extremamente melindroso. Dai a necessidade que Antero sentiu de uma prévia explicação: "esse brilhante poema em ação foi uma das maiores causas da nossa decadência. É necessário dizê-lo, em que pese os nossos sentimentos mais caros de patriotismo tradicional. Tanto mais que um erro econômico não é, necessariamente, uma vergonha nacional. No ponto de vista heróico, quem pode negá-lo? Foi esse movimento de conquistas... um relâmpago brilhante, e por certos lados sublimes, da alma intrépida peninsular". *Idem*, Pág. 130.

15. Um pensamento semelhante pode ler-se em Alexandre Herculano: A glória adquirida nessa época foi das maiores que o Mundo tem visto; mas compramo-la com a desgraça futura, com a morte de toda a esperança, com o tragar gole a gole, por séculos, um cálice imundo de males e afrontas". Alexandre Herculano, *Opúsculos*, T.VI, pág. 35.

16. QUENTAL, Antero de, obra cit.

dores e conquistados, etc.) Outro fator considera ter sido a exagerada importância dos jesuítas e toda a esterilização no ensino de que foram os principais responsáveis, alheando-o do grande movimento da ciência moderna. "O espírito da Idade Média, quando comparado com o moderno espírito, pode esboçar-se, do seguinte modo: apego ao Dogma e à Autoridade, e portanto, como é óbvio — limitação do espírito crítico, ausência do método experimental" que estava, no dizer de Sérgio, excluído por definição.¹⁷ "Das influências deletéreas nenhuma foi tão universal, nenhuma lançou tão profundas raízes. Feriu o homem no que há de mais íntimo, nos pontos essenciais da vida moral, no crer, no sentir — no ser; envenenou a vida nas suas fontes mais secretas. Essa transformação da alma peninsular faz-se lá em tão íntimas profundidades, que tem escapado às maiores revoluções; passam por cima dessa região quase inacessível, superficialmente, e deixam-na na sua inércia secular."¹⁸

O último fenómeno capital referido por Antero e que se nos afigura como um dos elementos constitutivos dessa plataforma subterrânea donde, em determinadas condições, as crises irrompem, foi o carácter absolutista da Monarquia. Esse carácter acentuou-se bastante no Séc. XVI provocando a ruína das instituições locais. O carácter aristocrático da Monarquia opôs-se ao desenvolvimento da burguesia que é, por natureza, a classe moderna vocacionada para a indústria, o comércio, as ciências. "Acostumado o povo a servir, habituando-

o à inércia de quem espera tudo de cima, obliterou o sentimento instintivo de liberdade, quebrou a energia das vontades, adormeceu a iniciativa; quando mais tarde lhe deram a liberdade, não a compreenderam."¹⁹

"Creio que o problema da História Portuguesa está nisto: por razões puramente históricas, nós obtivemos uma independência política numa península que, naturalmente, tendia à unidade. Mas a essa vocação política para a independência não correspondiam condições económicas para viver independentemente". (José Hermano Saraiva).²⁰

AS GRANDES CRISES

Embora sumariamente e socorrendo-nos de dois dos mais importantes pensadores portugueses — um do Séc. XIX e outro do Séc. XX — enunciaremos alguns fatores que terão contribuído, de uma forma profunda — e quase constante — para criar condições para que sucessivas crises irrompessem ao longo da nossa História.

Consideramos grande crise nacional a situação em que é posta em causa a sobrevivência nacional, ou seja, a continuidade de Portugal como país independente e soberano.

A metodologia que se adaptou neste trabalho teve em atenção que:

- só se pode compreender completamente o que se passou em Portugal se enquadrarmos os acontecimentos numa perspectiva mais vasta — europeia, ou mes-

17. ANTÓNIO SÉRGIO, *Ensaio II*, obras completas, Clássicos Sá da Costa, 1972, pág. 28. A inteligência concebida como árvore genealógica de palavras vácuas, pág. 40.

18. QUENTAL, Antero de, obra cit., pág. 126.

19. Idem, pág. 129.

20. Entrevista ao Jornal *Sete*, em 26 Out 78.

mo mundial;²¹

• há necessidade de procurar no passado de cada crise as raízes desses afloramentos.

Procurar-se-á assim, em cada época de crise: relacioná-la com a situação mundial enquadrante; encontrar os seus antecedentes; descrever os fatos mais significativos que fazem deflagrar a crise; detectar as suas consequências (ou soluções adotadas); o papel do vetor militar nesse processo.

A CRISE DE 1383

"A crise, que temos vindo historiando — ... — parece ter, para a vida nacional portuguesa, a importância que a natureza dá às crises que determinam a passagem de uns para os outros dos seus tipos orgânicos."(Oliveira Martins).²²

A situação envolvente

A partir do fim do Séc. XIII, a sedentarização dos povos normandos e as cruzadas (que obrigaram o turco e o muçulmano a recuar) vieram aumentar a segurança do comerciante europeu. Afastado o perigo da pirataria normanda ou mourisca, respectivamente a Norte e a Sul, o comércio internacional floresceu; três pólos principais se destacaram: no Norte, a Flandres e a Liga Hanseática, e no Sul as cidades italianas com destaque para

Veneza.

Entre os portos do Norte e do Sul, o comércio marítimo intensificava-se. Estando a costa portuguesa na sua rota obrigatória, não é de estranhar a influência que esse tráfego teve na crescente importância da nossa burguesia litoral.

A enorme atividade da burguesia europeia influenciou a circulação monetária que se ia aperfeiçoando, assim como as formas de crédito.

Por outro lado, o desenvolvimento da economia medieval tinha atingido o seu limite, no começo do Séc. XIV; a libertação sucessiva das classes rurais era a consequência do desbravamento, secagem e povoamento das regiões incultas que aquelas encetaram.

Todos esses elementos e um substancial aumento da população tipificam uma saudável situação social generalizada na Europa.

O Séc. XIV veio a contrastar com o anterior: crises demográfica, econômica, financeira, social, política e cultural. Muitos foram os fatores que estão na sua gênese. Apontaremos os que parecem ser mais importantes.

O comércio ressentiu-se da falta da moeda; faltavam o ouro e a prata para a cunhar. Daqui resultou a emissão de moedas de valor inferior. Com o mesmo número de moedas comprava-se menos mercadoria, o que ocasionou diminuição nas vendas.²³

A Europa era ainda predominantemente agrícola. A colonização de terras incultas

21. "A evolução de um povo, seja ele qual for, não se processa em separado do que o envolve nem sequer do que parece mais afastado. Os acontecimentos propagam-se como as ondas nas áreas paradas de um lago: a ondulação chega a todos os cantos e cruza-se com as ondas que vêm de outros lados. O que se vai passando na Europa e no mundo de então não deixa de repercutir no pequeno retângulo". TORRES, Flausino. *Portugal. Uma perspectiva da sua História*, Edições Afrontamento, Porto, 3a. edição, pág. 99.

22. in *História de Portugal*, Obras Completas, Guimarães Editores, 1951, pág. 191.

23. PACAUT, Marcel. *Histoire, Le Moyen Age*, Fernand Nathan, Paris, 1958, pág. 322.

tinha contribuído para uma menor sujeição dos rurais aos senhores feudais. Mas essas terras já rareavam. Por sua vez, o fluxo emigratório para os burgos começava a não ser absorvido, do que resultou uma onda de desocupados.

Várias calamidades vieram ainda agravar mais este quadro: as más colheitas, freqüentes entre 1315 e 1370; as grandes fomes de 1340 a 1350; as pestes, particularmente a peste negra (de 1347 a 1350) que assolou a Europa, espalhando-se do Mediterrâneo até ao Norte e à Península Ibérica (as conseqüências sociais da peste foram de tal ordem que há quem considere a peste negra o marco que assinalou o fim da Idade Média e o início da Idade Moderna);²⁴ e, finalmente, a Guerra dos Cem Anos, de início anglo-francesa, mas que acabou por envolver o ocidente europeu, incluindo Portugal, embora como comparsa menor.²⁵

Gera-se assim uma espiral em que as más colheitas, as fomes, as pestes, a guerra, a crise financeira, a crise industrial e comercial são, sucessivamente, efeito e origem de fases sucessivas desse processo, que irá ter uma influência decisiva no período que se lhes seguiu.

O proprietário das terras — cujos encargos resultantes das guerras aumentavam —, defendia-se com o aumento das rendas aos que as exploravam. O rural, que tinha vivido todo o processo de libertação da sua

anterior condição de servo, sente que a sua situação retrocede.

Ora, todos os fatores são propiciadores de levantamentos sociais a partir do Séc. XIII; são às dezenas as lutas das cidades contra o senhor, e a vitória daquelas com a consequente autonomia política e administrativa.²⁶ Na Inglaterra, nomeadamente, a burguesia já tinha conseguido que as suas vozes fossem ouvidas, em 1215, na Câmara dos Comuns. Nas cidades comerciais da Flandres e da Itália, dirigidas há muito pela nobreza, os problemas sociais alteraram profundamente a situação política. Com o apoio popular, os membros da média burguesia, por vezes, tomaram conta do poder. Homens de negócios, ricos e hábeis, tomando a defesa das classes mais modernas colocaram-se no poder graças a elas.²⁷ Ora, esses acontecimentos não podiam ser ignorados pelos burgueses portugueses, cujos portos das cidades onde estavam estabelecidos eram visitados por inúmeras embarcações oriundas dessas paragens.

Antecedentes da crise em Portugal

Uma característica negativa da sociedade portuguesa nos Séculos XIII e XIV foi a de a nobreza nunca se ter empenhado na exploração da terra. Duas tendências daí resultam: ou a de procurar obter proventos à custa daqueles que a exploravam ou a de

24. Sabe-se que na 1ª metade do séc. XIV a população europeia passa de 73 para 51 milhões de habitantes, in SERRÃO, Joel. *O Caráter Social da Revolução de 1383*, Livros Horizonte, 4a. edição 1981, pág. 68.

25. O domínio de Castela pelos ingleses seria um fator decisivo nessa guerra e daí o aparecimento dum pretendente inglês ao trono daquele Reino, que o rei de Portugal apoiou.

26. No Anexo para a cronologia dos levantamentos populares nos fins da Idade Média, in *O Caráter Social da Revolução de SERRÃO*, Joel, pág. 145, estão listados 34 grandes levantamentos entre 1274 e 1383 em Gand, Dieppe, Veneza, Génova, Bruges, Bruxelas, Flandres, Paris, Liège, Siena, Dinamarca, Florença, Barcelona, Maiorca, Roma, Zurique e Lubech.

27. O caso mais exemplar foi o dos Médicis, banqueiros em Florença.

viver parasitariamente encostada ao poder central, fonte dos benefícios.

Já D. Dinis (1279-1325) tinha procurado convencer a nobreza da dignidade do trabalho agrícola, mas sem grandes resultados.

Os encargos excessivos e crescentes impostos pelos nobres à posse e cultura do solo contribuíram para afugentar para as cidades e vilas grande número de camponeses. Daí uma tendência para o aumento do solo inculto. Desde Afonso IV (1325-57), que surgiram as crises de alimentação.

Há que relacionar a tendência de fuga do interior com a influência que o comércio marítimo internacional teve na prosperidade e na internacionalização da burguesia litoral portuguesa, que vimos anteriormente.

É nesta época também (Século XIII e XIV) que o comércio interno e externo se desenvolve e se dá a articulação da atividade comercial com a agricultura. O número de feiras aumentou extraordinariamente. Ali se fazia a troca entre os produtos da terra por dinheiro, ao mesmo tempo que se comprava o que a terra não podia produzir. Passa a verificar-se uma pressão crescente dos mercadores da cidade, que percorriam as feiras para comprar os gêneros que necessitavam exportar, principalmente, o vinho e o azeite. Esta procura veio a prejudicar a cultura dos cereais, produto básico do consumo interno. O produto agrícola começa, assim, a perder o caráter de meio de sobrevivência para passar a ser mais o de instrumento de comércio. Mas a aceitação no mercado internacional depende de um baixo preço concorrencial. A exigência de uma produção barata propicia a compressão do preço do agricultor com reflexos imediatos nos salários. É, de certo modo, a economia monetária que passa a dirigir a economia

agrícola.

As conseqüências sociais das transformações econômicas foram importantes: os nobres empobreciam, os burgueses enriqueceram, os homens bons que exploravam as herdades (entre dois fogos) viviam num conflito permanente, não só com os nobres proprietários (a quem eram devidas as rendas), como com os trabalhadores. A ambos procuravam pagar menos. A reação usual da camada mais frágil era mover-se para outras áreas, aparentemente mais promissoras. Ora essa tendência repulsiva da lavoura conjugava-se com o "eldorado" do litoral.

Para conservar os trabalhadores, os proprietários nobres tiveram que oferecer, pelo menos, condições semelhantes às que lhes davam os vilãos; um processo foi o de passar ao trabalhador o domínio da terra, deixando de ter interferência na sua exploração, ficando a receber perpetuamente, uma fração fixa do rendimento. Era a *enfiteuse*. Contrastando com a natural tendência da subida geral dos preços surgia, assim, o rendimento fixo do nobre. Uma nova classe rica ia assim surgindo: a do mercador da cidade e dos grandes lavradores das regiões rurais. Alguns fatores vieram a acentuar essas tendências, como se verá seguidamente.

Os elementos prevaletentes na Europa no período tratado, e que contribuíram para a grande crise europeia, também chegaram a Portugal. "O País não só sofreu os efeitos devastadores da peste negra e de outras epidemias, mas também se encontrou desprotegido em relação às crises de subsistência, as quais dos meados do Séc. XIV aos finais do Séc. XV excederam, pelo menos, duas dezenas".²⁸ Além desses dois flagelos

28. MARQUES, Oliveira. *Introdução à História da Agricultura em Portugal*, Lisboa, 2a. edição, 1968, pág. 281.

outro se juntou: o das guerras.

A guerra não era uma desconhecida no território português além da que constituiu a reconquista — e que se prolongou até ao reinado de D. Afonso III —, toda a primeira metade do Séc. XIII foi palco de conflitos violentos, quase ininterruptamente. O Séc. XIV não foi muito diferente.²⁹ No quadro da Guerra dos Cem Anos, já referida, o conflito com a Espanha vai ser uma constante no reinado de D. Fernando (1367-83), prolongando-se até início do Séc. XV. Não entrando em detalhes, apenas realçar que, no seu reinado, envolvêmo-nos em guerra com Castela por três vezes³⁰ e por razões diferentes. Foi um período desastroso em que parte do país foi devastada e pilhada, não só pelos castelhanos como, também, pelos aliados ingleses.

O decréscimo da população, resultante desses malefícios, teve importantes repercussões negativas na produção.³¹

Um ótimo indicador que integra os efeitos dos fatores referidos anteriormente é a moeda: "a partir da década de 1350 a desvalorização do numerário jamais parou,

até 1435"... "a inflação galopante só começou por volta de 1369, sendo em parte causada pelas aventuras militares de D. Fernando..."³² De 1384 a 1398, a moeda desvalorizou-se entre 1000 a 1200 %.³³

A legislação que D. Fernando publica — a Lei das Sesmarias e as Leis Protetoras do Comércio Marítimo — é radicalmente contraditória, isto é, procura fomentar duas atividades que se opunham: pela primeira lei procurou fazer regressar às terras abandonadas, por uma forma coerciva, os que as tinham abandonado, em condições favoráveis aos proprietários das terras;³⁴ na segunda lei, resultante das pressões da burguesia lisboeta, oferecem-se grandes benefícios, não só à construção naval como à exportação. Os efeitos dessas leis são também opostos: a situação da agricultura não vai melhorar, em parte devido à natureza já caracterizada da nobreza; contrariamente, o comércio marítimo e a exportação vão progredir. Esta evolução é mais um fator que vem favorecer a crescente importância de uma burguesia cosmopolita litoral oposta, na mentalidade e nos interes-

29. Apontam-se seguidamente os conflitos mais significativos: 1211-1216 - Guerra civil que teve origem no testamento de D. Sancho I; 1223 - D. Sancho II, anarquia, guerras privadas; 1245-47 - Guerra civil entre D. Sancho II - D. Afonso III; 1320-24 - Guerra civil entre D. Dinis e seu filho; 1333-38 - Guerra de D. Afonso IV com Castela; 1355 - Revolta de D. Pedro contra D. Afonso após a morte de Inês de Castro.

30. 1369-71; 1372-73 e 1381-83.

31. O mecanismo econômico teria funcionado do modo seguinte: o decréscimo da população provocou uma queda na procura de cereais; havendo uma produção excedente em relação às necessidades, os preços desceram; a menor oferta de mão-de-obra propiciou um aumento dos salários dos trabalhadores agrícolas. Esses dois fatores conjugaram-se para uma redução da produção e do abandono dos campos pelos pequenos agricultores aumentando o fluxo emigratório para o litoral para colmatar as perdas também aí ocasionadas pelas pestes. Vide SERRÃO, Joel, obra citada, pág. 88.

32. MARQUES, Oliveira. *História de Portugal*, pág. 161.

33. MARQUES, Oliveira. *Introdução à História da Agricultura em Portugal*, pág. 286.

34. "Que os que haviam sido lavradores, assim como seus filhos e seus netos, e todos que não usassem de outro ofício útil ao bem comum, deveriam ser obrigados ao tráfico da lavoura, e, não possuindo propriedades, fossem compilados a servir nas outras, por soldada taxada por lei ou nas posturas municipais; que os que não exercessem ofício sabido fossem presos (embora se dissessem servos dos infantas, dos nobres ou dos prelados), e, não provando ocupação útil, os coagisse a autoridade ao serviço da lavoura". *Breve Interpretação da História de Portugal*, António Sérgio, pág. 29.

ses, à nobreza rural do interior. Outro elemento a reter é o excesso de "desempregados" urbanos, da "arraia miúda", particularmente em Lisboa, desenraizada e ansiosa por uma mudança que lhe permitisse uma melhoria de situação.

Todas essas tensões econômico-sociais são potenciadas em 1383 por alguns fatos políticos; para compreensão da crise de 1383 há que juntar alguns dados que, porque bem conhecidos, ficam aqui apenas sumariamente recordados. Primeiro a impopularidade da Rainha D. Leonor Teles, mulher forte, com enorme influência em D. Fernando, grande aliada da nobreza. O anúncio do seu casamento com o Rei já tinha originado, em 1372, tumultos populares³⁵. Segundo, o papel ativo do Conde de Andeiro, fidalgo galego, "personalidade saliente do Governo, responsável pelas guerras de D. Fernando e, particularmente, do flagelo que foi a vinda a Portugal das tropas inglesas"³⁶. Terceiro, as diversas combinações matrimoniais de que D. Beatriz, filha única de D. Fernando, foi objeto, integradas nas sucessivas e desorientadas intrigas da política externa do seu pai, que culminaram com o seu casamento com D. João I, de Castela, quando aquela tinha 10 anos de idade.³⁷

A deflagração da crise

Em 1383, "logo que a tampa caiu sobre o caixão"³⁸ de D. Fernando estalou a revolução. No contrato de casamento de D. Beatriz com D. João I, de Castela, cabia-lhe a ela o trono, conservando Leonor Teles a regência, até que D. Beatriz tivesse um filho varão, maior de catorze anos. O trono de Castela caberia aos filhos do primeiro matrimônio de D. João.

A aclamação de D. Beatriz provocou forte reação: grande parte do povo, a burguesia das cidades e alguns nobres não a aceitavam; preferiam que o trono fosse dado ao meio-irmão de D. Fernando, o Infante D. João (filho de D. Pedro e Inês de Castro). É em Lisboa que estala a revolta.

A regência de D. Leonor, acolitada pelo Andeiro e pelos nobres poderosos, cria desconfiança ao povo que suspeita que ela procurará defender os interesses da classe a que aqueles pertenciam.

O cérebro da conspiração é Álvaro Pais, ex-Vedor da Fazenda. O que se planeava era o assassinato do Conde, autêntico "golpe de Estado", destinado a travar a aproximação com Castela e a impedir que a nobreza tradicional reforçasse o seu acesso às alavancas do poder.³⁹

35. "Juntaram-se um dia três mil mestrais de todos os ofícios e besteiros e homens de pé, e todos com armas foram aos paços onde el-rei estava, fazendo grande tumulto, enquanto falvamos nesta cousa". Fernão Lopes.

36. SARAIVA, António José. Introdução às *Crônicas de Fernão Lopes*, Portugal, Antologias Universais, pág. IX.

37. O primeiro acordo de casamento foi celebrado quando D. Beatriz tinha poucos meses de idade. Uma nota curiosa sobre o casamento com D. João I: A consumação do matrimônio estava prevista para quando a Infanta atingisse os 12 anos de idade e o ratificasse. Mas o Cardeal Pedro de Luna (...) declarou-a "apta a consumir o matrimônio por estar muito próxima a puberdade e ser corpulenta, discreta e industriosa". In CAETANO, Marcelo. *História do Direito Português (1140-1495)*, Verbo, Lisboa, pág. 437.

38. MARTINS, Oliveira, Obra cit., pág. 178

39. SERRÃO, Joel, Obra. cit., pág. 143

A execução do golpe pelo Mestre de Avis, foi apoiada por uma verdadeira operação psicológica, desencadeada por Álvaro Pais, que subleva a "arraia-miúda" contra D. Leonor e contra os nobres. Foi o Mestre proclamado "Regedor e Defensor do Reino", o que equivalia, de fato, a Regente. Era um novo direito que emergia: a substituição do sucessor legítimo por outro eleito. Como diz A. J. Saraiva "a questão dinástica não foi a causa da revolução mas o resultado dela."⁴⁰ E com esta dinastia dá-se uma mudança não só na importância das classes sociais como também nas atividades econômicas.

O levantamento popular planejado escapou ao controle dos seus instigadores, devido às tensões sociais já referidas. A revolução alastra a muitas cidades e vilas, especialmente no Alentejo.⁴¹ A sucessão dos acontecimentos quase que está padronizada: o castelo proclamava a rainha legítima, a vila não a aceitava, cercava o castelo, tomava-o e, por vezes, destruía-o. Era o choque entre a "legitimidade nacional e territorial", de raiz popular, e a "legitimidade dinástica" que a nobreza, regra geral, respeitava.⁴²

D. Leonor pede apoio ao Rei de Castela que invade Portugal, em 1384, cercando Lisboa. Sem conseguir a sua tomada, a peste fê-lo abandonar a operação e regressar ao seu país. D. Nuno Álvares Pereira, nas batalhas dos Atoleiros e Aljubarrota, já como Condestável,⁴³ desenvolve uma tática muito

ajustada à predominância dos meios apeados — característicos da burguesia e das classes baixas — e, vencendo os castelhanos, concorre decisivamente para a resolução da crise.

O vetor militar

Há que fazer algumas "focagens" históricas para entender melhor esta crise. Duas áreas necessitam de algum desenvolvimento: primeiro — quem eram os militares nesta época; e, segundo — por que valores lutavam, nomeadamente, qual o lugar do patriotismo nessa escala de valores.

Desde o Séc. XIII que os forais dos concelhos estipulavam obrigações militares, sendo muito variável as obrigações impostas, que dependiam de vários fatores tais como os recursos, a localização, o tipo de operações, etc. D. Fernando, em 1373, nas suas Ordens, organiza um censo em que atenua essas diferenças estabelecendo deveres militares normalizados de acordo com as rendas e a população existentes em cada Conselho. Os fidalgos eram obrigados a servir com um certo número de lanças que era, de certo modo, a unidade tática: cada cavaleiro levava consigo um ou dois besteiros, um escudeiro e um pagem. A hoste real consistia na concentração de todos esses meios dispersos, sem qualquer coesão, disciplina ou unidade.

Outro elemento importante a conside-

40. SARAIVA, Antônio José. *Obra cit.*, pág. 9.

41. "O Alentejo quase em peso abraça a causa da independência nacional. Menos da terça parte das vilas alentejanas, e sempre acasteladas, se alcançaram por Castela". CORTESÃO, Jaime. *Os Fatos Demográficos na Formação de Portugal*, Lisboa, 1974, pág. 146.

42. SARAIVA, Antônio José. *Portugal, 1250-1480: O Mundo dos Cavaleiros*, in *Revista História*, n.º 17, Mar 80, pág. 5.

43. Condestável era o mais alto posto da hoste cumprindo-lhe dirigir na guerra todas as operações militares. Foi criado nas reformas militares de D. Fernando. Vide SELVAGEM, Carlos. *Portugal Militar*, Imprensa Nacional, 1931, pág. 152.

rar é o que respeita ao "espírito nacional". Nessa época as relações humanas assentavam no princípio que cada homem tem um senhor. É mais importante o elo pessoal que qualquer elo territorial, e aquele podia ultrapassar a fronteira.⁴⁴ Este princípio é necessário ter presente para entender a reação da nobreza à sucessão. O contrato matrimonial, referido anteriormente, foi jurado "pelos principais nobres do Reino, estipulando inclusive que, caso o rei (D. Fernando) o não cumprisse, eles ficariam autorizados a desnaturarem-se e tomarem o partido do Rei de Castela para lhe fazerem guerra".⁴⁵ Ou seja: é o próprio D. Fernando quem reconhece aos fidalgos portugueses o direito de combaterem nas hostes castelhanas contra o Rei de Portugal, se este faltasse ao cumprimento do contrato.

É, sem dúvida, uma hierarquia de valores bem diferente da que vigorará posteriormente, em que o patriotismo passa a um lugar cimeiro. E é isto que explica o alinhamento quase generalizado da nobreza pela "legítima" herdeira.

Alguns exemplos são vantajosos para nos apercebermos da profunda diferença na escala de valores, quando aferida pelos padrões atuais.

Os irmãos de D. Fernando — D. Dinis

e D. João — foram por ele nomeados fronteiros para o Alentejo, quando nas guerras com Castela. Durante a crise dinástica comandaram tropas castelhanas, respectivamente, no primeiro e segundo cercos de Lisboa. Contudo, nas cortes de Coimbra, esse mesmo Infante D. João foi quem mais apoio recebeu da nobreza como pretendente ao trono.

Também D. Pedro Álvares Pereira, Prior do Hospital, irmão do Condestável, tendo sido naquelas guerras nomeado fronteiro, veio a ser morto nos Atoleiros, quando comandava uma hoste de 5000 castelhanos. E, também, D. Diogo Álvares, outro irmão, opta por D. Beatriz.⁴⁶

O povo, pelas razões expostas anteriormente, vivia num estado de tensão com a nobreza. A revolta de Lisboa, fomentada pela burguesia, expraia-se por todo o território. A fidelidade legitimista da nobreza é contrariada pela plebe, principalmente no Sul, onde estava menos enraizada a nobreza feudal, em virtude da reconquista ter sido alcançada um século depois da independência.

O papel genial de Nuno Álvares foi ter sido "o dissuasor das revoltas camponesas do Alentejo",⁴⁷ fazendo convergir todo esse ímpeto contra Castela ao mesmo tempo que

44 "A idéia de defender uma terra porque é a terra pátria, onde a pessoa nasceu, se criou e trabalha e há de ser enterrada... é coisa que não passa pela cabeça de um fidalgo. A verdadeira terra do fidalgo era a casa do seu senhor onde quer que ele estivesse, em Portugal, Castela, França ou Aragança". António Saraiva. *Introdução às Crônicas de Fernão Lopes*, pág. VIII.

45 CAETANO, Marcelo. *Obra cit.*, pág. 438.

46 Um insuspeito JOEL SERRÃO, afirma: "... cada um dos partidos em luta é patriota a seu modo: temos dificuldades em admitir que os nobres que seguiram o partido castelhano fossem menos patriotas, menos interessados pelos problemas da sua terra que os sediciosos", *Obra cit.*, pág. 58.

47 REIS, Romeu Costa e RENDEIRO JÚNIOR, Manuel. *Da Revolução Mercantil à Regeneração Burguesa*, in *Revista História*, nº 8, Jun79, pág. 46.

ia recuperando, progressivamente, a nobreza para o lado português.⁴⁸

Outro ponto que interessa realçar é o do substancial auxílio militar inglês a Portugal que, nas guerras de D. Fernando e D. João I, se mostrou decisivo. Contudo o preço deste auxílio não foi pequeno. Diz Fernão Lopes: "Estas gentes dos Ingleses como forão apresentados em Lisboa, não como homens que vinhão para ajudar a defender a terra, mas como se fossem chamados para a destruir", ... "mostrando tal senhorio e desprezo contra todos, como se fossem mortaes inimigos..."

Sem dúvida que o papel do vetor militar nesta crise foi importante, quer no concurso que deu para a sua deflagração (efeitos econômico-sociais das guerras de D. Fernando) quer no que contribuiu para a sua resolução (vitória nas guerras com Castela).

As conseqüências

Sem dúvida nenhuma que a mais importante conseqüência desta crise foi a consolidação da independência e a melhor definição do espírito nacional que dela resultou. É que, como dizia Oliveira Martins, "a dinastia de Borgonha trazia

consigo o pecado original da doação primitiva, segundo o direito feudal; o reino era um senhorio sublevado, como tantas vezes e por tão longos tempos o tinham sido na própria Espanha e Galiza e a Biscaia)".⁴⁹ Esta crise e a dinastia eleita resultante removeram aquele pecado original; foram como que o batismo da independência.

Outra conseqüência foi a vitória da burguesia marítima e o aparecimento de uma nova nobreza, embora funcionalmente idêntica à outra. E como a crise nacional era, fundamentalmente, uma crise de insuficiência de recursos locais para responder às necessidades da população e às exigências das classes mais elevadas foi necessária a procura da ampliação desses recursos pela navegação. Os antagonismos existentes foram assim, momentaneamente, superados. Em resumo, no dizer do Sérgio, "é a vitória da classe que havia de inspirar os descobrimentos".⁵⁰

Outra conseqüência ainda é a queda da cavalaria, por um tempo, e de todo um espírito a que estava ligada.

E se dizemos por um tempo é porque a crise que vamos tratar a seguir é precisamente, em nosso ver, a conseqüência dum renascimento desse espírito, não no que ele tinha de mais genuíno mas, precisamente, do

48. Algumas dificuldades tinha o Mestre de Aviz em arregimentar para a sua causa a nobreza. Um bom indício é o "sábio" Conselho de Álvaro Pais ao futuro Rei. Assim o registrou Fernão Lopes: "dai aquilo que não é vosso, e prometei o que não tendes, e perdoai a quem vos não errou. Isto ser-vos-á de grande ajuda para um negócio tal como o em que estais metido". E o Mestre assim o fez. De tal modo que não escapou a este comentário do cronista: "de guisa que mais parecia que fora elegido para largo distribuidor de bens e das terras do reino que para ser defensor dele". Veja-se o caso referido no Cap. LVIII da *Crônica de D. João I* em que se relata a forma como vários cavaleiros portugueses se arrependem e passam do campo castelhano para o português: "El-Rei (de Castela) era homem de poucas palavras, e não muito ledo, e eles haviam usado el-rei D. Fernando, que era de grandes gasalhados", além de que lhes pagava menos do que eles esperavam. O conselho de Álvaro Pais foi seguido pois: perdoou mortes e maleficos "com a condição de em certos dias virem a Lisboa para servir à custa dele enquanto durasse a guerra", *Crônicas de D. João I*, comentadas por A. J. Saraiva, pág. 217.

49. *Obra cit.*, pág. 190.

50. *Interpretação da História de Portugal*, pág. 33.

que ele possuía de mais superficial, aparente e menos racional.

A CRISE DE 1578

"Tudo convergia para arrastar a nação a essa data infeliz de 1580. Os sintomas mórbidos anteriormente expostos diagnosticam a doença, e explicam a necessidade da catástrofe. Eram um despedaçar de todos os tecidos vitais, uma febre que destruía o sangue, um veneno que irritava todos os vasos do organismo nacional. Era uma doença lenta, mortal, mas cujo termo foi precipitado por uma crise. Então se exarcebaram todos os males; e o moribundo, erguendo-se no catre, bracejando em delírio, caiu como uma pedra, morta instantaneamente." (Oliveira Martins, "História de Portugal").⁵¹

A situação envolvente

Os nacionalistas religiosos — que apareceram nos tempos modernos — e, principalmente, o movimento da Reforma foram passos significativos do processo de desgaste que o centralismo da Igreja de Roma vinha sofrendo (lembre-se a rotura da Igreja ortodoxa, no Séc. XIII, e o cisma de Avinhão, no século seguinte). Mas são aqueles nacionalismos e a Reforma as principais referências para melhor entender a crise nacional que agora vamos tratar.

A doutrina de Lutero expandia-se e teria contribuído para a sua expansão o fato de agradar aos camponeses que, pouco possuindo, eram sensíveis ao apelo da

comunidade de bens, apregoada pelos "reformadores"; e, simultaneamente, aos nobres porque a apologia de uma Igreja pobre era uma hipótese de conseguirem mais terras. Ora essa hipótese contrariava a política de concentração de poderes do Imperador Carlos V, da casa de Áustria. Assim, este alinha ao lado do Papa, nas guerras religiosas da Alemanha, em que Francisco I, de França, também se envolve: a Europa fica, pois, dividida entre o bloco do catolicismo Romano e a França, intérprete dum movimento autônomo das igrejas nacionais.⁵²

Quando Carlos V abdica, dá-se a cisão na unidade do Império ficando, de um lado, a Alemanha e, do outro, a Espanha de Filipe II, enriquecida, com os Países Baixos, o Reino das Duas Sicílias, as Índias Ocidentais, etc. Nesta segunda metade do Séc. XVI, o Império espanhol é das mais poderosas potências do Mundo e atinge o seu apogeu quando, em 1580, Filipe II conquista a coroa do Império português que, nesse período, lutava com dificuldades crescentes. Foi o remate de um sonho de unificação-obsessão dos governantes ibéricos desde o século anterior, que se acentuou ainda mais no Séc. XVI.⁵³

Contudo, o poder desse Império começa a sofrer alguma corrosão e novo bloco burguês nórdico (Inglaterra, França e Países Baixos) opõe-se à Casa de Áustria — o Papado. A perda de Tunis pela Espanha faz aumentar o domínio turco do Mediterrâneo, o que representou um revés para Filipe.

Mas é a guerra dos Trinta Anos que vem dar o golpe decisivo no Império: em

51. MARTINS, Oliveira, *Obra cit.*, II vol., pág. 52.

52. TORRES, Flausiano, *obra cit.*, págs. 210-212.

53. "Durante o Séc. XVI, continuaram os laços dinásticos entre as famílias reais portuguesa e castelhana. Com tal insistência e proximidade que haveriam de resultar em união final". MARQUES, Oliveira. *História de Portugal*, vol. I, pág. 416.

1619, um conflito interno num dos seus estados (revolta da Boémia, defenestração de Praga, repressão subsequente) transforma-se num conflito internacional; a intervenção da França, aliada dos protestantes, vem assegurar-lhes a vitória. O Tratado de Vestefália (1648) consagra o desmembramento do Sacro Império em centenas de pequenos estados e fez emergir o papel hegemônico da França, a partir dessa altura.

Ora, é contra esse fundo internacional de decadência do Império espanhol que se deve estudar a nossa crise de 1580, que só se resolve em 1668, quando a independência portuguesa é de novo reconhecida pela Espanha, finda a guerra. É um caso bem evidente em que Portugal se vem a aproveitar duma conjuntura internacional, beneficiando-se do auxílio dos inimigos da Espanha como, também, da atenção que esta teve que dedicar à revolta catalã.

Antecedentes da crise

Alguns autores já encontram no reinado de D. Manuel os primeiros indícios da nossa decadência. Mas é em meados do Séc. XVI (D. João III) que a crise está instalada.⁵⁴

O problema de fundo já foi descrito, mas podemos resumir-lo assim: a classe nobre tem o monopólio da terra e dos lucros da atividade ultramarina (estes repartidos

com a burguesia litoral). As doações régias aos nobres aumentam no Séc. XVI. As rendas são agravadas. Ressalta daqui um quadro paradoxal: apesar da expansão ultramarina e das epidemias,⁵⁵ a população cresce durante o Séc. XVI⁵⁶ e, contudo, a maior parte do território continua inculto e há desemprego. A carência de cereais foi de tal ordem que D. João III isentou-a de direitos de importação.⁵⁷

Os lucros com o comércio de além-mar elevaram-se a cifras enormes; no entanto os beneficiários eram em número reduzido: o rei (o principal), senhores feudais e alguns mercadores, dos quais, a maioria estrangeira.⁵⁸ Não é, contudo, nesta oligárquica distribuição de lucros que se pode radicar a crise econômica emergente mas no gasto suntuário e, como tal, improdutivo, que aqueles tiveram.⁵⁹

Por outro lado, as receitas cobradas tinham que fazer face a despesas volumosas com a guerra para a manutenção do Império, com os dotes matrimoniais da família real (uma das armas diplomáticas da política de alianças) e com o crescente número de tenças à nobreza. É que se, com D. João II, o poder das principais famílias nobres foi bastante reduzido (em proveito da Coroa) essa tendência inverte-se com os seus sucessores. Num ponto, contudo, se mantém: na subordinação ao poder absoluto do rei e da sua dependência para nomeação e subsídios

54. SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, vol. V, págs. 12/13.

55. Todo o século fora açoitado por epidemias: em 1506, em 1530 e a peste grande de 1569. Oliveira Martins, obra cit., pág. 53. Só em Lisboa morreu, desta última, mais de um terço da população. Id., pág. 54.

56. MARQUES, Oliveira, obra cit., pág. 233.

57. Id., pág. 240.

58. Id., págs. 241/42.

59. "Na embriaguez de tamanhas riquezas... quem se atreveria a afirmar que a nação se arruinava? Que os campos se despovoavam? Que a miséria crescia? E que o rei de Portugal tão opulento, era de fato um pobre pedinte?". Oliveira Martins, obra cit., pág. 30.

que na Corte se tramavam. Daí a atração que esta exercia sobre a nobreza que para aí emigrava, abandonando as suas terras.⁶⁰

A construção do Império, para um país com menos de 2 milhões de pessoas, era uma tarefa colossal. Os problemas financeiros agravam-se de tal modo que, em 1500 são criados os primeiros "padrões de juro" (dívida interna) e, em 1522, começam a contrair-se empréstimos na Feira de Antuérpia.⁶¹

"O abandono de Alcácer Ceguer e Argila, a falência dos sistemas de donatarias do Brasil, o abalo que representou o segundo cerco de Diu para o domínio do Oriente são "sintomas de fraqueza" e de cansaço do organismo português".⁶² O número de navios portugueses no tráfego diminuía. Não era mais possível manter o comércio do Ultramar com a Feitoria de Flandres. No fim de 1548, é encerrada a Feitoria de Antuérpia, por ordem de D. João III.

Um antecedente que importa salientar é o da evolução das nossas possessões no Norte de África, dado que essa área irá ser palco do ato que precipita a crise: a conquista de praças marroquinas, iniciada em Ceuta, em 1415, foi continuada por D. Afonso V, interrompida por D. João II e prosseguida por D. Manuel I, reinado em que atingiu o auge. A costa marroquina estava totalmente

controlada por Portugal, erradicando-se assim os malefícios da pirataria. No princípio do Séc. XVI chegamos a manter nove praças. Mas o assédio dos mouros tornava o seu sustento muito dispendioso. Foi ainda no reinado de D. Manuel que Mogador foi abandonada; mas é com D. João III que todas as outras foram perdidas. Depois de 1550 restavam só Ceuta, Tânger e Magazão.

Outro aspecto importante relaciona-se com a atitude religiosa. A tolerância que D. João III demonstrou no início do seu reinado foi sendo substituída por um fanatismo dominado pelos jesuítas que o fez alinhar na política da contra-Reforma prosseguida pela Casa de Áustria. Ora, é nesse ambiente que nasce D. Sebastião.

A Inquisição, que já tinha sido um projeto de D. Manuel, só foi autorizada depois de muitas diligências junto ao Papa, que mostrava uma certa resistência na autorização e, quando satisfeita a pretensão, o foi com grandes limitações de jurisdição. Foi a rogo do monarca que se conseguiu a liberdade de ação que a veio tristemente caracterizar.⁶³ É caso para dizer que D. João III foi mais papista que o Papa.

Ora, um elemento importante que contribuiu para agravar a crise foi, precisamente, a falta de mão-de-obra qualificada que se fez sentir na segunda metade do Séc. XVI,

60. Os que viviam na Corte recebiam a "moradia", uma espécie de "subsídio de deslocamento". O número de moradias passou do reinado de D. Afonso V (1438-81) para D. João II (1521-57) de 1092 para 2493. Vide Oliveira Marques, obra cit., pág. 254.

61. A dívida interna passa entre 1534 e 1557 de 1.620.500 cruzados para 1.881.720 (um aumento de 16%) e a dívida externa, no mesmo período, sobe de 400.000 para 2.000.000 de cruzados (um aumento de 400%). "Já em 1534 D. João III devia "por juros vencidos" dívidas das casa da Índia e câmbios da Flandres quatro anos das receitas do Reino. Nove anos depois, com a acumulação dos juros, a dívida duplicou. Vd. Oliveira Martins, obra cit., pág. 30 "Foi o déficit do monopólio oriental gravado até aos limites insuportáveis do último quartel do séc. XVI que nos levou à perda da independência, em 1580". José H. Saraiva, *Fatores de Coesão e Dissociação da Nação Portuguesa*, conferência no IAEM, em 25 Nov 80, pág. 10.

62. GODINHO, Vitorino Magalhães. *Flutuações económicas e dever estrutural do séc. XV ao séc. XVIII*, in *Ensaio*, T. II, Lisboa, 1968, pág. 189.

63. MARQUES, Oliveira, obra cit., pág. 300.

para o que muito contribuiu a emigração forçada a que foi sujeita grande parte da população por razões políticas e religiosas. A ida dos judeus portugueses para a Flandres e para a Alemanha, por exemplo, foi decisiva para o progresso daqueles locais e, concomitantemente, contribuiu para a decadência do país donde, forçadamente, emigraram.

Nesta conjuntura verificou-se uma aproximação com a Espanha por motivações várias. Primeiro, o comércio com o Oriente absorvia cada vez mais prata e, com o declínio da prata européia, o seu fornecimento era assegurado pelo reino vizinho onde aquele metal abundava, oriundo do México e do Peru. A ligação de Lisboa com Antuérpia é substituída por laços mais fortes com Sevilha.⁶⁴ Segundo, as economias marítimas portuguesa e espanhola estavam cada vez mais interdependentes e enfrentavam inimigos comuns.⁶⁵ Para a grande burguesia a União Ibérica representava um Estado mais forte e, como tal, uma proteção mais eficaz das rotas. Além disso, significava o alargamento do mercado interno, com o desaparecimento das alfândegas. Finalmente, um outro tipo de economia, do tipo agrícola, de subsistência, das populações do interior, estava, em grande parte, ligado à Espanha.⁶⁶

A circunstância de, entre 1496 e 1578, terem sucedido no trono português quatro princesas espanholas foi, também, um fator importante para a influência cultural do país vizinho que se reflete bem no bilingüismo dos nossos escritores da época.

Ora, é um fato que uma larga percenta-

gem da população entendeu a união com a Espanha como uma saída para a crise.

A perda de independência não pode, assim, ser encarada como "uma fâsca histórica" que fulminou Portugal. É mais um remate de um processo lento que, de fato, se precipitou com a morte de D. João III, como se verá a seguir.

A deflagração da crise

Todos os nove filhos de D. João III morreram antes de atingir os 19 anos de idade. Cinco dos seus irmãos morrem também.

Uma das suas filhas, D. Maria, casa em 1543, com Filipe II de Espanha, mas morre dois anos depois. Apenas um filho de D. João III, D. João (que pouco tempo antes casara com uma filha de D. Carlos V) teve um descendente: — D. Sebastião — que nasce já depois da morte do pai.

Quando D. João III morre, em 1557, era este príncipe de 3 anos o descendente que, subindo ao trono com 14 anos de idade, ia revelar-se um doente, tanto físico como mental. Quase com horror a mulheres, todas as tentativas para um comprometimento matrimonial foram pelo rei evitadas.

Não pensava senão em guerras e "fazia gala de uma temeridade que a loucura do seu gênio confundia com a coragem".⁶⁷ Conquistar Marrocos é o seu objetivo principal. Pouco dado a planejamentos toda a sua ação se baseava na valentia. O seu caráter pessoal e o estilo absolutista da época inspiravam-lhe uma tal autoconfiança nos seus juízos que se recusava a ouvir os

64. GODINHO, Vitorino Magalhães, obra cit., pág. 609.

65. MARQUES, Oliveira, obra cit., págs. 417/418.

66. SERRÃO, Joaquim Veríssimo, obra cit., pág. 332.

67. MARTINS, Oliveira, obra cit., pág. 57.

mais idosos — que, de um modo geral, o contrariavam. Rodeava-se, permanentemente, de um enxame de fidalgos tão jovens e insensatos como ele.

Um dos problemas que tinha que fazer face era a falta de dinheiro para a sua empresa marroquina, mas que foi ultrapassado, não só pela contribuição da Igreja como com impostos. Além disso contraiu empréstimos junto de comerciantes estrangeiros.⁶⁸

Depois de uma breve expedição a Marrocos (em 1574) sem qualquer encontro com os mouros, em 1578 embarca naquela que haveria de ser a sua derradeira aventura: Alcácer Quibir. A sua incapacidade estratégica associada à forma precipitada como esse exército desorganizado e indisciplinado se formou estão na origem do desastre que essa batalha representou para Portugal.⁶⁹ Mas os aspectos militares focaremos no capítulo seguinte.

O vetor militar

Embora as considerações incluídas no capítulo "Os Males da Nação" sejam uma referência — que julgamos constante — em cada crise, talvez em nenhuma outra altura como esta, se tornem tão

sálientes. É que D. Sebastião é o produto mais doentamente acabado das tendências que atrás referimos: o espírito da cavalaria — da luta pela luta — elevado a um ponto tal que se sobrepõe à visão estratégica e, por vezes até, ao comportamento tático; uma intolerância religiosa extrema que afetava a visão política para a qual muito terá contribuído a educação jesuítica que recebeu;⁷⁰ e, finalmente, o caráter absolutista da Monarquia que, muito radicalizada no seu reinado, varreu do seu campo de ação qualquer tentativa para modificar ou modelar decisões altamente lesivas dos interesses nacionais e que empurrou Portugal para a crise que culminou com a perda da sua independência.⁷¹

É ao vetor militar — que levou ao desastre de Alcácer Quibir — que se deve atribuir a maior dose de responsabilidade na crise em que Portugal mergulhou. Vale a pena desenvolver um pouco este ponto.

Quando D. Sebastião se tornou rei de Portugal já tinha sido abandonada a maior parte das nossas possessões do Norte da África: restavam-nos Ceuta, Tânger e, mais o Sul, Mazagão,⁷² como se viu. A união política de Marrocos — com a dinastia dos Xerifes — tornava o seu sustento incomportável. No entanto, há que salientar que a opinião pública, expressada pelos

68. MARQUES, Oliveira, obra cit., pág. 421.

69. "Calcula-se que a aventura custou ao todo mais de um milhão de cruzados, cerca de metade das receitas anuais do Estado". Id., pág. 422.

70. VELOSO, Queirós, *D. Sebastião*, 3a. ed., pág. 84. "O jesuíta contribuiu ainda para o seu forte pendor religioso, no espírito da militância da contra-Reforma, que se traduziu para o régio discípulo na busca de um ideal do tipo heróico, assente na força das armas como meio de impor a cristandade". SERRÃO, Veríssimo, obra cit. pág. 64.

71. "Tanto pode a vontade de hum rei, que abala huma república, aprovando os homens muitas vezes com palavras, e outras com obras, cousas que o entendimento condena". Frei Bernardo da Cruz - *Cronica d'El Rei D. Sebastião*, Bibl. dos Clássicos Portugueses, vol. XXXVII, II, 1903, pág. 13.

72. Azamor, Safim e Sta. Cruz do Cabo do Oué, em 1541; Alcácer Ceguer e Arzila, em 1550; Mogador já havia sido perdido no reinado de D. Manuel, em 1510.

votos dos procuradores dos concelhos, não concordava com o seu abandono.⁷³

Também a educação que o espírito desequilibrado do jovem rei recebeu é muito influenciada por algum saudosismo de certos fidalgos que aí batalharam e que elogiam os seus antepassados guerreiros, principalmente, D. João I e D. Afonso V.⁷⁴

A conquista do Norte da África passou a ser uma idéia fixa, que se tornou extremamente perigosa porque alojada numa cabeça louca (mas coroada) que condicionava ou dominava todas as vontades. Aliás, quando melhor analisados os fatos históricos, pode verificar-se que nem era a conquista o seu objetivo mas, tão só, a luta em campo aberto com aquele que elegeu seu inimigo. Era, por assim dizer, um gigantesco torneio o que ele ambicionava e, dramaticamente, aquilo para que empurrou todos os que reuniu. Aten-

dendo à crise financeira existente, o interesse nacional aconselhava mais uma política defensiva — que implicasse a defesa das três praças acima referidas — e não a política ofensiva de D. Sebastião, imiscuindo-se na política interna de Marrocos. Aliás foi essa posição expectante em relação ao turco a que seu tio Filipe II escolheu⁷⁵ e que, honra lhe seja feita, baldadamente aconselhou o nosso monarca a seguir.

O capricho da sua primeira expedição ao Norte da África, em agosto de 1574, é um bom exemplo da sua personalidade: um repentista, incapaz de analisar um problema com profundidade e de encontrar, com os seus órgãos de conselho, a solução mais ajustada.⁷⁶

Mas, apesar de ingloria e improdutiva, a sua primeira aventura marroquina a obcecação de voltar à África e de dar batalha ao Xerife não esmoreceu.

73. Achavam "mais justa e mais conveniente a conquista da África do que a da Índia" ... esta estava muito longe e não rendia cousa que com ela se não tornasse a gastar, e aquela estava perto, e era muito prejudicial à Espanha a sua vizinhança e convinha domá-la e estender nela o Império Lusitano". P. J. P. Baião, *Portugal cuidadoso e lastimado*, Liv. I, Cap. VIII.

74. Quando em 1569, por motivo da peste, D. Sebastião vai para Alcobça hospeda-se no Mosteiro. Aí manda abrir as sepulturas dos reis e a estatura do esqueleto de D. Afonso III impressionou e teceu-lhe os maiores elogios pela conquista do Algarve; no ano seguinte, na Batalha, manda abrir a sepultura de D. João II encontrando o cadáver incorrupto. Ordena que o ergam e o ponham ao alto. Enfia-lhe a espada na mão e ordena ao Duque de Aveiro que beije a mão do seu bisavô. Queirós Veloso, obra cit., págs. 126 e 130.

75. SERRÃO, Joaquim Veríssimo, obra cit., págs. 70 e 74/75.

76. Estando em Sintra ordenou que três galeões se aprestem em Cascais e, dois dias depois, embarca com um pequeno séquito, anunciando que se dirigia ao Algarve. De Lagos envia uma carta ao Cardeal D. Henrique incumbindo-o da regência do Reino e centenas de outras para as vilas do Reino comunicando: "assentey irme à cidade de Ceuta, e della à de Tangere, tanto que chegar gente com que me pareço que o devo fazer; pelo que vos encomendo muito, e vos mando, que logo tanto que esta vindes, vos tenhaes a Tavira com todos os cavalos, que pretendes ajuntar, ..." e querendo-vos embarcar em outra parte para da híres a Tangere o podereis fazer (*). Resumindo: dá ordem para que todos se preparem e vão ter com ele a Tânger para lutarem contra a poderosa força do xerife. E muitos para lá seguiram, à pressa, arremetendo e armando o que puderam. Por sorte o xerife não se empenhou em dar-lhe batalha: Foi precisa a intervenção de Filipe II de Castela que, a pedido de D. Catarina (viúva de D. João III e avó de D. Sebastião) o ameaçou com a proibição de exportação de trigo e cavalos para a expedição, para que D. Sebastião desistisse. As críticas a esta dispendiosa aventura foram tão intensas que o Rei se viu obrigado a justificá-la. O estilo característico da sua escrita é bem a imagem da sua desarrumação mental: a redação que escreveu é uma extensa exposição de 53 páginas apenas dividida em quatro parágrafos! (**)

(*) Barbosa Machado *Memórias del Rey D. Sebastião*, P. III, Livro II, Cap. XXVII.

(**) *Memórias del Rey D. Sebastião - Redação da primeira jornada que fez a África no ano de 1574 o rey D. Sebastião, escrita pelo mesmo principe*.

Para isso, procurou a ajuda de Filipe II, com quem se encontrou em Guadalupe. Argumentava, o soberano português, que era necessária uma ação comum, visto que, se Abde Almélisque conquistasse Marrocos, os turcos ficariam a dominar, por terem sido aliados deste na disputa do trono que ocorreu. Daí disporem de uma base para o assalto às costas e à navegação. Filipe II, em oposição, argumentava que o grande objetivo de Almélisque era manter o reino independente e coeso. Se o atacássemos, isso talvez o lançasse nas mãos do Sultão. Contudo, Filipe II acedeu, a custo, em fornecer algum auxílio, mas o Duque de Alba exigiu a participação de contingentes estrangeiros mercenários, pois os portugueses tinham uma larga experiência de ataques e assaltos ribeirinhos mas havia mais de um século que não combatiam em campo aberto.⁷⁷

Quando as receitas ordinárias já não davam para pagar as despesas com as armadas e a manutenção do restante Império, a obtenção dos fundos necessários para a empresa da África passou a ser a principal preocupação de D. Sebastião, e todos os recursos utilizou para alcançar este objetivo.⁷⁸

E com que tropa portuguesa contava para tal empresa? O Regimento das Ordenanças de 1570, embora obrigasse a determinado treino militar ao pessoal re-

censeado, não era cumprido. Havia também um conflito entre os donatários das respectivas terras e os capitães e oficiais das ordenanças que, embora vassallos, não lhes deviam obediência.

Além desta tropa inexperiente, conseguiu contratar mercenários, principalmente ingleses e espanhóis.

A preparação da expedição, por falta de planejamento, estava atrasadíssima. Não querendo repartir a glória que esperava em África com qualquer outro, D. Sebastião nomeia (e como tal afasta de Portugal), pela segunda vez, Vice-Rei da Índia, D. Luís de Ataíde, o mais experimentado militar português do seu tempo. Se a expedição fosse comandada por outro, mais valia não ir. Isto é confessado por ele em correspondência.⁷⁹

A sua obcecação não cede às insistências do próprio Filipe II para desistir da expedição que lhe chega a enviar um relatório do Duque de Alba, o primeiro general do seu tempo, sobre as dificuldades e os consequentes riscos da operação; o seu interesse no confronto com Abde Almélisque era tão grande, que não responde a uma proposta feita pelo alcaide mouro de Larache — adversário do Xerife — de lhe entregar a praça sem resistência alguma. Como concluiu Queirós de Veloso “a ocupação rápida e pacífica desse posto equivalia, porém, a destruir a razão essencial da expedição: já não poderia D. Sebastião argumentar com

77. VELOSO, Queirós, obra cit., pág. 232.

78. Conseguiu uma Boda do Papa para uma cruzada aos infiéis e foi à custa de todos os expedientes, empréstimos, dádiva de monopólios que conseguiu arrecadar umas centenas de milhares de cruzados. Vai ao ponto de, em 1576, recomendar a Lourenço Távora, novo vice-rei da Índia, que obtivesse dos soberanos indianos um empréstimo (*). Mais significativo ainda é o fato de, sendo tão avesso ao matrimônio, prometer casar não só com uma filha de Filipe II (para pagamento do auxílio militar) como promete o mesmo a uma filha dos Médicis, em Florença, desde que existisse um “muy grande dote”. Aos cristãos novos consegue extorquir-lhes larga quantia, suspendendo por dez anos a pena de confisco de bens do Santo Ofício.

(*) Barbosa Machado. Obra cit., P. IV. Liv. I, C. AP. XI, citado por Queirós Veloso, obra cit., pág. 238.

79. Carta a Luís Silva, 22 Nov. 1577 (citado em Barbosa Machado: Vd. Queirós Veloso, obra cit., pág. 250).

os perigos que, para Portugal e Espanha, adviriam dos navios turcos e berberes, partidos de Larache, perigos que ele exagerava, na esperança de estimular o rei católico.⁸⁰ E remata: "o que o monarca português queria era ir a Marrocos. Larache, os turcos, eram simples pretextos para justificar a jornada".

E esse inconfessado objetivo do monarca emerge em vários passos ao longo desse histórico processo, que culmina em Alcácer Quibir.⁸¹

Mas não era só o objetivo escolhido o que viria a ser maléfico. Era também o estilo de comando que adotava: não delegava a autoridade; imiscuia-se nos mais pequenos pormenores; com receio de que algum dos seus homens o ultrapassasse em heroísmo, minava a iniciativa individual.

Rodeava-se apenas de gente moça que o adulava; afastava, por vezes de uma forma cruel, os mais velhos e experientes que o desaconselhavam dessa empresa. Quanto mais o contradiziam mais se agarrava ao seu objetivo: "Os conselhos por mais prudentes em vez de o convencerem irritavam-no".⁸² No entanto havia quem, mais aberta ou veladamente, se lhe opusesse.⁸³ A forma como o recrutamento foi feito

e a corrupção que os seus métodos envolveu levaram a que aquele tivesse baixado 25% em relação ao normal e, especialmente, fosse de uma qualidade indigente nada recomendável. Só os miseráveis foram arrolados. A contrastar com esse fundo de tropa compelida, o luxo dos fidalgos armados à sua custa que se emulavam na ostentação.⁸⁴

Na derrocada de Alcácer Quibir, morre sem descendentes D. Sebastião. Abre-se assim a crise dinástica, apenas adiada pelos dois anos em que o velho Cardeal D. Henrique reinou. Com a sua morte, em 1580, fica o caminho quase livre para Filipe II, apenas simbolicamente estorvado pelas forças encabeçadas por D. Antônio Prior do Crato, filho ilegítimo dum irmão do Cardeal, mas que este hostilizou levando-o, inclusive, ao exílio.

Já anteriormente adordamos a questão da motivação que favorecia a causa filipina. Também no vetor militar essa tendência se fazia notar: dos nomes dos 31 capitães de foralezas colocados em 1580, pode concluir-se que 16 eram, ou vieram a ser, adeptos da União Ibérica, enquanto os outros 15 foram partidários de D. Antônio. Curiosamente a localização daqueles coinci-

80. VELOSO, Queirós, obra cit., pág. 253.

81. Muitos indícios concorrem para esta conclusão: argumentando sempre pela oportunidade da intervenção dado o processo de desintegração do poder do Xerife, despreza todas as notícias que indicam que o seu inimigo está a consolidar o poder; recusa as tentativas que o Xerife fez, mesmo por escrito, para que o deixasse em paz propondo-lhe negociações para, inclusive, ceder parte do território; argumenta com o exiguo número de galés para não permitir o desembarque em Laracha — fácil de conquistar — para justificar o desembarque em Argila e o percurso por terra para o objetivo, única possibilidade de travar batalha em campo aberto; por último, recusa qualquer protelamento no momento do ataque que permitisse que a morte do chefe inimigo — já moribundo — ocorresse. A vantagem psicológica para as nossas forças, retirava ao rei, por outro lado, a glória de vencer o inimigo. E foi esse fator que prevaleceu.

82. VELOSO, Queirós, obra cit., págs. 263/64 e 269. Oliveira Martins, obra cit., pág. 61: a D. João de Mascarenhas — o defensor de Diu — que lhe ousou dizer que se decidisse a conquista do Norte de África, levasse a mortalha, chamou-lhe velho, tonto e covarde.

83. Martim Afonso de Sousa, que fora Governador da Índia, dizia pelos corredores do Palácio que "se atavam os loucos perigosos, não sabia porque se havia de deixar solto este".

84. Embora limitado a seis o quantitativo dos criados por fidalgo, houve quem levasse para a expedição 50 com libré.

de com os principais eixos de aproximação, isto é: "o dispositivo militar estava preparado no Reino para assegurar o êxito de uma futura invasão pelas tropas do rei de Espanha".⁸⁵

A nobreza foi dizimada em Alcácer Quibir. Da que sobrou grande parte era favorável a Filipe. D. Antônio recebia apoio duma plebe desvairada que procurou ocupar os cargos vazios, exercendo toda a espécie de violência para conseguir os meios de que necessitava. Mas a desordem, a indisciplina, a miséria iam-se confrontar com um exército disciplinado e poderoso comandado pelo prestigiado Duque de Alba.

A batalha de Alcântara não foi mais, no dizer de Oliveria Martins, do que "um encontro de uma onda fatal com um viveiro de formigas tontas".⁸⁶

Foi pois a conquista militar que impôs o regime político subsequente que os Duques de Bragança (um dos pretendentes à coroa) foram os primeiros a reconhecer.

"Yo lo heredé, yo lo compré — yo lo conquisté, para quitar dudas", teria sido o dito de Filipe I, de Portugal, para sintetizar o processo histórico que assim culminava:⁸⁷ primeiro o seu vínculo hereditário, depois o suborno que largamente espalhou e, finalmente, como estes não chegassem, a conquista militar.

Conseqüências

A perda da independência trouxe conseqüências importantes para o Império português. Os inimigos de Espanha passaram a ser nossos também.

A guerra em que Portugal se vê envolvido com a Inglaterra levou à destruição da invencível Armada que tinha uma importante participação de navios portugueses.

As nossas colônias passaram a ser alvo dos ataques da Holanda e da Inglaterra. Para a ida dos holandeses à Ásia, em muito teria contribuído o ser-lhes vedado por Filipe o porto de Lisboa, em 1574.

Toda a política diplomática que seguimos depois da Restauração, a que já aludimos, de passarmos de um bloco para outro foi conseguida à custa de posições orientais e de importantes concessões econômicas que tivemos que ceder para alcançar esse apoio.

Parece importante salientar que a solução desta crise — em grande parte conseguida à custa de uma inserção no bloco vencedor europeu — terá trazido a semente do período crítico que trataremos a seguir, que se radicou, precisamente, na hegemonia estrangeira em Portugal, que teve, senão a gênese, pelo menos, recebeu um grande impulso no período que acabamos de tratar.

85. Vd. Dicionário da História de Portugal. "Independência", pág. 502.

86. MARTINS, Oliveira, obra cit., págs. 83/84.

87. Id., pág. 123.

HENRIQUE MANUEL LAGES RIBEIRO é Brigadeiro do Exército português e Sócio correspondente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB)